

O nicho do Contrato Verde e Amarelo

» JOSÉ PASTORE
Professor de relações do trabalho da Universidade de São Paulo

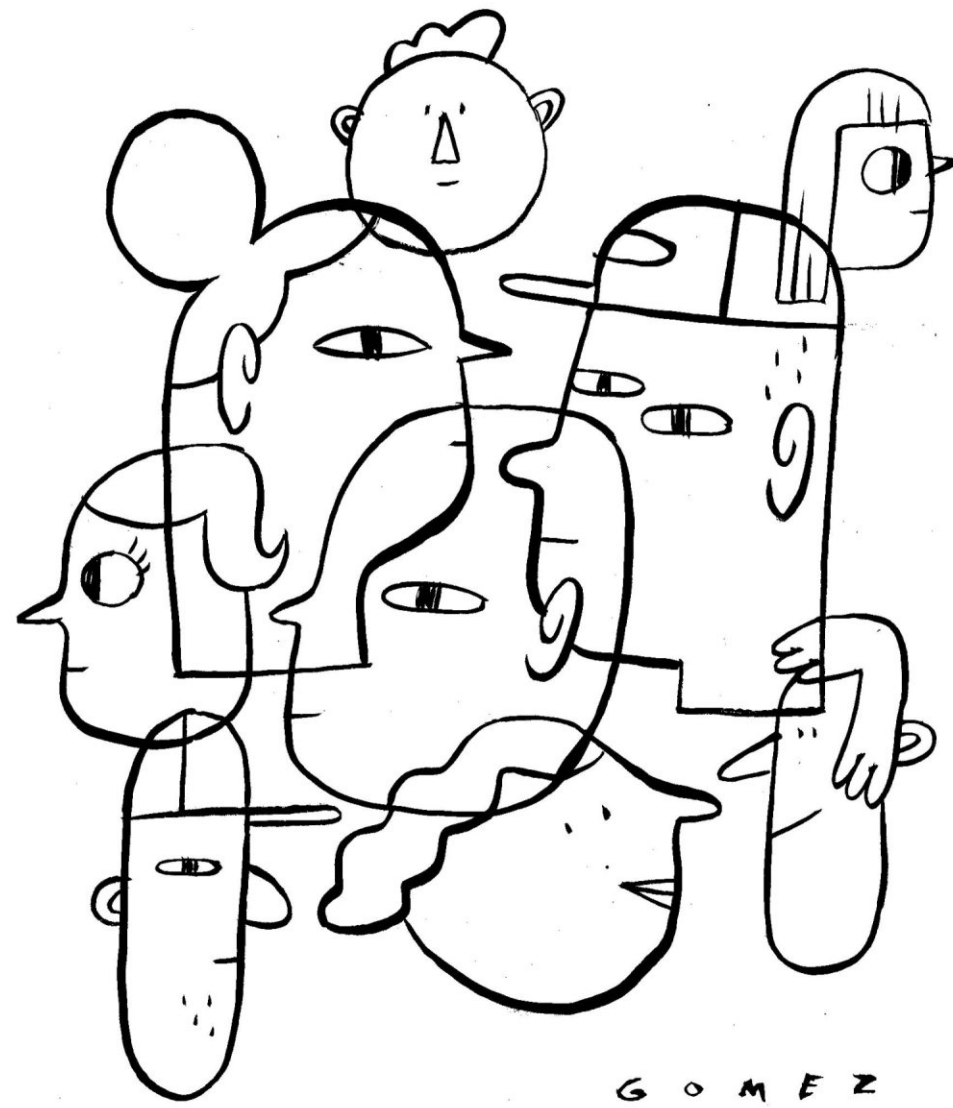
A MP sobre o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo oferece substanciais reduções de despesas de admissão e demissão e mais flexibilidade para empregados e empregadores acertarem entre si as condições de trabalho. O foco desse contrato são os jovens. Os jovens amargam uma taxa de desemprego de 22,3%, e enorme dificuldade para entrar no mercado de trabalho. Quando se considera a subutilização, ela chega a 38,3% entre os jovens. Quando se analisa os que trabalham por conta própria, verifica-se que a informalidade atinge 81% dos jovens (dados dos Indicadores Sociais do IBGE, 2018). Como se vê, é um grupo bastante vulnerável.

Por que os jovens têm tanta dificuldade para conseguir emprego? É claro que por trás de tudo está a recessão. Mas há peculiaridades que merecem atenção. As empresas alegam, com razão, que os jovens têm pouca ou nenhuma experiência e que, para contratá-los, as despesas, segundo as leis atuais, são altíssimas: 102,43% do salário.

Tendo de pagar os mesmos encargos sociais, é claro, as empresas buscam trabalhadores experientes e atualizados que têm produtividade mais alta. Enquanto a oferta desses trabalhadores for abundante, como é hoje devido ao grande desemprego, as empresas darão preferência a ela, preterindo a contratação dos menos experientes.

O Contrato Verde e Amarelo busca superar esse problema ao oferecer às empresas uma substancial redução dos encargos sociais de 102,43% para 57,95% na contratação de jovens e de 50% na indenização do FGTS, o que alivia as despesas de demissão. O Contrato Verde e Amarelo está sendo lançado como projeto-piloto para ser avaliado dentro de dois anos. É uma cautela recomendável porque ninguém de antemão pode assegurar o seu sucesso.

Outra medida provisória se destina aos que trabalham por conta própria. Ela estimula os bancos a ampliar de forma substancial a oferta de microcrédito, o que permitirá à mulher, por exemplo, comprar uma máquina de costura para trabalhar



em casa ou adquirir equipamentos para atuar como manicure, confeitaria, massagista etc. Como a inadimplência dos pobres é mínima, a expansão do microcrédito deve animar os bancos e melhorar a renda de muitas famílias.

Os dois programas são complementares. O Contrato Verde e Amarelo se destina a

empregados e o do Microcrédito aos empreendedores que trabalham por conta própria. O seu sucesso dependerá em grande parte de uma boa pedagogia a ser feita junto aos empresários, trabalhadores, microempreendedores e, sobretudo, junto aos contadores que são os principais orientadores das pequenas e médias empresas.

BRICS: oportunidades e perspectivas

» CLÁUDIO FERREIRA DA SILVA
Professor de relações internacionais do UniCeb, especialista em relações internacionais pela UnB e mestre em Ciência Política

O Brics é o agrupamento formado por cinco grandes países emergentes — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial. Este grupo de países completa uma década e prepara sua 11ª cúpula, hoje e amanhã, em Brasília, com o seguinte lema: “Crescimento econômico para um futuro inovador”. A presença dos cinco chefes de Estado atesta o peso do encontro. O acrônimo Brics foi cunhado em 2001 pelo banco de investimentos Goldman Sachs, para indicar as potências emergentes que formariam, com os Estados Unidos, as cinco maiores economias do mundo no século 21.

Em 2006, os países do Brics deram início ao diálogo que, desde 2009, tem lugar nos encontros anuais de chefes de Estado e de governo. Em 2011, com o ingresso da África do Sul, o Brics alcançou sua composição definitiva, incorporando um país do continente africano. Esta não é a primeira vez que o Brasil recebe a reunião. Em 2010, Brasília também recebeu o encontro, e em 2014, foi a vez da cidade de Fortaleza receber os presidentes do bloco.

O Brics tradicionalmente ocupa um papel internacional de desenvolvimento de um modelo construtivo de governança baseado no multilateralismo. Além disso, possui como objetivo elaborar planos para evitar os efeitos negativos da globalização, elaborando uma estrutura sustentável de crescimento global.

Do ponto de vista econômico, verificamos que os países do Brics, em 2018, foram

destino de 30,7% das exportações brasileiras, rendendo US\$ 73,8 bilhões em nossa balança comercial, uma alta de 23,5% em relação ao ano anterior (US\$ 56,4 bilhões). Do lado das importações, também em 2018, compramos US\$ 43,1 bilhões em mercadorias das nações do bloco, o que representou 23,8% do total das importações nacionais. Registramos, assim, um superávit comercial de US\$ 30,7 bilhões no ano passado com estes países.

Nesse sentido, todas as reuniões do bloco, não apenas as presidenciais, servem como um espaço de promoção dos interesses econômicos do Brasil, nas quais podem ser negociadas novas oportunidades e mercados para os negócios nacionais. De forma pragmática, o Brasil propôs cooperações em ciência, tecnologia e inovação, economia digital, combate à lavagem de dinheiro e narcotráfico, além de aproximar o Banco de Desenvolvimento (NDB, na sigla em inglês), conhecido como banco do Brics do setor privado brasileiro.

Trata-se de uma oportunidade para a diplomacia brasileira buscar um novo processo de ampliação e integração dos espaços econômicos, e projeção de interesses nacionais para uma dimensão internacional. Além de contribuir para se buscar alguns entendimentos, de que as políticas comerciais conflitivas não ajudam o crescimento do comércio global. Os países que integram o Brics estão entre os principais parceiros comerciais do Brasil, significa ampliação de fluxo de comércio e parcerias em diversos setores da economia, como o setor de petróleo e infraestrutura. A China, por exemplo é

o principal parceiro comercial nas exportações e importações.

O Brics é, sobretudo, uma iniciativa de concertação política dos diversos interesses dos seus países integrantes que são muito diversos e pode vir a ser um espaço de busca de consensos. Desde sua primeira cúpula, em 2009, o Brics estabeleceu mais de 30 áreas de cooperação. Destacam-se, entre elas, a cooperação econômico-financeira; em saúde; ciência, tecnologia e inovação; segurança e empresarial. Em conjunto, essas iniciativas resultaram na conformação de importante patrimônio de realizações que visa a gerar benefícios concretos para nossas sociedades.

O diálogo empresarial dá, sobretudo, por meio do Conselho Empresarial do Brics (Cebrics) e pelo Fórum Empresarial do Brics. O Cebrics foi estabelecido em 2013, durante a Cúpula de Durban, na África do Sul, com vistas a aproximar as comunidades empresariais dos cinco países, promover o compartilhamento de experiências e a prospecção de oportunidades de negócios.

Atualmente, o Cebrics conta com nove grupos de trabalho, inclusive nas áreas de infraestrutura, manufatura, energia, agronegócio, serviços financeiros, aviação regional, harmonização de padrões técnicos e desenvolvimento de capacidades. Em 2018, estabeleceu-se novo grupo de trabalho sobre Economia Digital, dentro da estrutura do conselho. Durante o ano de 2019, a presidência de turno brasileira trabalhou para buscar avanços com a pauta de aproximação entre o Cebrics e o NDB, a fim de impulsionar os investimentos em infraestrutura.

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (Interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Já vai tarde

Por certo, nenhum motorista brasileiro sentirá saudades ou a falta do seguro por Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvt), que será extinto a partir de 2020, segundo prevê a Medida Provisória nº 904, publicada ontem. O seguro, criado em 1974, e que tinha como objetivo a cobertura em casos de morte, invalidez permanente ou assistências médicas por lesões causadas por acidentes de trânsito, era um dos campeões de reclamações, justamente no quesito seguro, sendo, por diversas vezes, apontado como ineficiente, burocrático e nada transparente. Esse tipo de negócio, entregue há décadas à iniciativa privada era “fiscalizado” pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e vinha, seguidamente, apresentando problemas pelo grande volume de queixas feitas pelos segurados. Em um levantamento de 2018, foram descobertos 11.898 casos de fraudes, o que colocava a Seguradora Líder no topo de reclamações feitas à Susep. Até mesmo o Tribunal de Contas de União (TCU), sempre moroso em seus processos, havia denunciado que o Dpvt acumulava milhares de ações judiciais naquela Corte, por diversos motivos, principalmente pelo não atendimento de segurado.

Segundo publicaram alguns jornais, a decisão do presidente Bolsonaro de extinguir o Dpvt e o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas (Dpem), teria objetivo político específico de atingir o atual presidente do PSL, deputado Luciano Bivar (PE), controlador e presidente do conselho de administração da seguradora Excelsior, uma das maiores do Nordeste nesse ramo e credenciada na cobertura do Dpvt.

Dados da Susep mostram que a Excelsior detém 2% da Seguradora Líder, consórcio que administra o Dpvt em todo o país. A própria atuação do deputado Luciano Bivar, na Câmara dos Deputados, indica que por diversas vezes esse parlamentar atuou diretamente em benefício dos negócios desse tipo de seguradora. Num dos projetos apresentado pelo deputado, o PL nº 7.038/2017, ficava estabelecido que o consumidor era impedido de escolher a oficina em que levaria seu carro para conserto. Estabelecia ainda que caberia às seguradoras escolher suas oficinas para reparos dos segurados.

Em longa reportagem exibida pelo *Fantástico*, da TV Globo, apresentado ainda em 2015, mostrava que o montante das fraude no Dpvt ultrapassava a cifra de R\$ 1 bilhão por ano. Segundo apuraram o Ministério Público e a Polícia Federal, à época, diante de total ausência de controle, diversas quadrilhas de fraudadores aplicavam, frequentemente, golpes no sistema de seguros em todo o país. Protegidos pela certeza de impunidade e pelo próprio mecanismo burocrático do seguros, os bandidos deixaram um rastro de prejuízos e mostraram a fragilidade do negócio.

Desde que assumiu a Susep, Solange Vieira ficou incomodada com o que viu sobre o Dpvt. Foi até a Câmara e abriu o livro. Duas pessoas importantes nesse processo também são o delegado Marcelo Freitas, hoje deputado, e o promotor do Ministério Público de Minas Paulo Marcio. Eles fizeram uma pesquisa cirúrgica sobre procedimentos suspeitos e têm toda a justificativa cientificamente comprovada para que o Dpvt deixe de ser o que é. Já vai tarde.

»» Frase que foi pronunciada

“O modelo tinha muitos problemas, era ineficiente e havia uma corrupção enorme”.

Solange Vieira, superintendente da Susep, sobre o Dpvt

Fala governo

» A senadora Soraya Thronicke sugeriu, por projeto, que as emissoras de tevê, canais abertos concessionários públicos, sejam obrigadas a transmitir, entre 19h e 22h, *A imagem do Brasil*. Seriam 18 minutos distribuídos entre notícias do Executivo, Legislativo e Judiciário. A parlamentar pede apoio da população para a aprovação do projeto. Trata-se de mostrar ao povo brasileiro o outro lado das notícias.

Torrente

» Tem gente querendo saber a razão de a 202 Norte alagar daquela forma desproporcional. Também tem gente que descobriu a razão. A tubulação de águas pluviais é usada por

moradores de rua como lixeira. Painéis, lonas, pedaços de pau, tudo jogado na galeria no eixo.

Ainda

» Continua a montanha de lixo em frente ao Drive-in. Já contamos cinco dias.

Contrapartida feita

» Quando fez o convite aos parlamentares para aparecerem no espaço, Evandro Lima para o autógrafo do livro *Distopia*, o senador Paim esclareceu sobre o valor do livro: “Quanto é? Nada, ou seja, vocês já pagaram com o imposto, por isso eu usei minha cota para publicar o livro. O livro é do cidadão brasileiro.”

»» História de Brasília

É parece que ficaremos com a segunda hipótese, porque não há líderes políticos. Todo o mundo está calado para ver de que lado fica, na hora da onça beber água. (Publicado em 6/12/1961)